

Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012

doi: 10.5123/S1679-49742015000300022

Violence against women: description of complaints at a Women's Reference Center in Cajazeiras, Paraíba, 2010 to 2012

Milena Silva Costa

Universidade Federal do Cariri, Faculdade de Medicina, Barbalha-CE, Brasil

Márcia Luana Firmino Serafim

Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Enfermagem, Cajazeiras-PB, Brasil

Aissa Romina Silva do Nascimento

Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Enfermagem, Cajazeiras-PB, Brasil

Resumo

Objetivo: descrever as denúncias de violência contra a mulher registradas em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, Brasil. **Métodos:** estudo descritivo, com dados dos formulários sobre informações de mulheres vítimas de violência entre julho de 2010 e outubro de 2012. **Resultados:** encontraram-se 80 denúncias, a maioria das vítimas com até 40 anos de idade (n=52) e baixa escolaridade, casadas (n=47), com filhos (n=69) e 9 a 18 anos de convivência com o cônjuge (n=23), este o principal agressor (n=33); o local de agressão mais frequente foi o próprio lar (n=50) e o tipo mais comum, a agressão psicológica (n=64); as vítimas foram encaminhadas ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Delegacia de Atendimento à Mulher e Conselho Tutelar. **Conclusão:** a maior parte das denúncias foi realizada por mulheres casadas, com filhos, e expressivo tempo de convivência com o agressor.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Agressão; Epidemiologia Descritiva.

Abstract

Objective: to describe reports of violence against women made at a Women's Reference Center in Cajazeiras, Paraíba, Brazil. **Methods:** this was a descriptive study using data from forms containing details of female violence victims between July 2010 and October 2012. **Results:** 80 complaints were found. Most victims were aged up to 40 (n=52), with low schooling, married (n=47) with children (n=69) and had lived with their spouses for 9-18 years (n=23). Spouses were the main aggressors (n=33) and perpetrated violence in their own homes (n=50). Psychological violence was most common (n=64). Victims were referred to the Specialized Reference Center for Social Assistance, the Women's Police Station and the Child Protection Council. **Conclusion:** most of the complaints were made by married women with children and who had lived for a significant length of time with the abuser.

Key words: Violence Against Women; Aggression; Epidemiology, Descriptive.

Endereço para correspondência:

Milena Silva Costa - Rua Divino Salvador, nº 284, Centro, Barbalha-CE, Brasil. CEP: 63180-000.
E-mail: milenascosta2011@hotmail.com

Introdução

A violência contra a mulher constitui um problema mundial a acometer mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, religiões e níveis de escolaridade, podendo-se relacionar ao domínio masculino, desigualdade econômica, problema mental e aspectos culturais. Essa violência pode se manifestar como doméstica e familiar, compreendendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, ou na forma de exploração sexual, assédio sexual no trabalho, assédio moral, tráfico de mulheres, ou ainda, no plano institucional.¹

Embora a violência contra a mulher seja um fenômeno de grande magnitude, ainda existe subnotificação de casos.

O Brasil registrou, entre 2009 e 2011, 16,9 mil feminicídios com características que sugeriam elevada ocorrência de agressão perpetrada por parceiros íntimos.² Para o enfrentamento da violência contra a mulher no país, existem políticas públicas e serviços especializados: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente (DEPCA), Conselho Tutelar.³ A estas iniciativas, acrescenta-se a Lei nº 11.340, de 22 de setembro de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, um instrumento legal para proteção e prevenção da violência doméstica e familiar.⁴

Embora a violência contra a mulher seja um fenômeno de grande magnitude, ainda existe subnotificação de casos.^{1,5} O objetivo deste estudo foi descrever as denúncias de violência contra a mulher registradas em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher do município de Cajazeiras, estado da Paraíba, Brasil.

Métodos

Trata-se de estudo descritivo, desenvolvido em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) da cidade de Cajazeiras.

Cajazeiras é o sexto maior município do estado, localizado no oeste do Sertão paraibano. O setor

terciário é sua principal fonte de renda: comércio e serviços, portanto, representam importantes atividades econômicas locais. Em 2010, Cajazeiras contava com uma população de 58.446 habitantes e se apresentava na sétima colocação, no ranking do índice de desenvolvimento humano (IDH) da Paraíba.⁶

Foram incluídas no presente estudo todas as denúncias de mulheres vítimas de violência residentes em Cajazeiras que procuraram o CRAM no recorte temporal entre julho de 2010 e outubro de 2012.

Foram selecionadas as seguintes variáveis relacionadas ao perfil social e demográfico da mulher:

- a) faixa etária (em anos: 15-40; 40-60; >60);
 - b) escolaridade (em anos de estudo: ≤7; ≥8; não informada);
 - c) profissão (do lar; agricultora; aposentada; diarista; desempregada; outras profissões; não informada);
 - d) remuneração (sim; não; não informada);
 - e) estado civil (casada; solteira; divorciada; viúva; não informado);
 - f) tempo de convivência com o cônjuge (7 meses a 8 anos; 9-18 anos; 20-35 anos; não informado);
 - g) presença de filhos (sim; não; não informada);
 - h) faixa etária dos filhos (em anos: >18; 0-18; não informada);
 - i) casos de violência
 - agressor (cônjuge; familiares; outros; não informado);
 - local da ocorrência (residência; via pública; local de trabalho; escola; outros locais; não informado);
 - tipo de violência (psicológica; moral; física; tortura; patrimonial; sexual; outras; não informado);
 - j) motivo para permanecer na situação de violência (dependência financeira; medo; amor; outros; separação; não informado);
 - k) sentimentos em relação ao agressor (raiva; pena; tristeza; amor; medo; outros; não informados); e
 - l) encaminhamento, considerando-se as diversas instituições (CREAS; DEAM; Conselho Tutelar; Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM –; hospital; CRAS; Ministério Público; Defensoria Pública; casas de abrigo; Instituto Médico Legal [IML]; DEPCA; outros segmentos; não informado).
- Os dados foram coletados e digitados duplamente, em planilha Excel, e logo importados para análise estatística pelo programa Epi Info versão 7. Os resultados foram descritos na forma de frequências absolutas.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro/Universidade Federal de Campina Grande, sob o Parecer nº 278.035.

Resultados

No período de julho de 2010 a outubro de 2012, foram registrados 80 casos de violência contra a mulher no GRAM de Cajazeiras. Observou-se que 52 dessas mulheres se encontravam na faixa etária entre 15 e 40 anos, 44 apresentavam até 7 anos de estudo, 24 eram 'do lar', 47 eram casadas, 23 tinham tempo de convivência com seu cônjuge entre 9 e 18 anos, 69 afirmavam ter filhos e destas, 55 tinham filhos menores de idade (Tabela 1).

Em relação ao agressor, 33 mulheres foram agredidas pelo cônjuge e 50 dos casos ocorreram em sua própria residência. A principal forma de violência foi a psicológica (n=64). Os motivos para permanecer com o agressor não foram informados por 38 mulheres; entretanto, 15 referiram sua dependência financeira como a principal razão para conviver com o agressor e 13 afirmaram nutrir sentimento de raiva por ele (Tabela 2). As vítimas foram encaminhadas para instituições como CREAS (n=26), DEAM (n=24), Conselho Tutelar (n=15) e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (n=10) (Tabela 3).

Dados importantes de algumas mulheres não foram registrados em parte das fichas de atendimento, como, por exemplo, profissão (n=24), tempo de convivência com o cônjuge (n=29) e faixa etária dos filhos (n=15) (Tabela 1), além da relação com o agressor (n=14), local de ocorrência da violência (n=18), sentimentos em relação ao agressor (n=27) (Tabela 2), e locais de encaminhamentos (n=18) (Tabela 3).

Discussão

No presente estudo, evidenciou-se que, entre as vítimas atendidas, a maioria era jovem, de baixa escolaridade, casada e do lar. O principal agressor foi o próprio cônjuge, agente destacado da violência psicológica em seu domicílio. Muitas das mulheres eram dependentes financeiramente dos parceiros, não dispondo de renda própria.

As mulheres em idade reprodutiva foram as principais vítimas. O baixo grau de instrução desfavorece a melhor qualificação profissional motivando, em algumas situações, o desemprego.⁷ Há, também, casos em que a mulher deixa os estudos para cuidar da família, passando a depender economicamente do marido, o que pode aumentar sua vulnerabilidade e dificultar o rompimento do ciclo de violência.⁵

Apesar de o histórico da violência apontar o cônjuge como seu principal perpetrador, a maioria das vítimas encontrava-se casada e com tempo de convivência duradouro, o que reforça a percepção da dificuldade da mulher em romper situações de violência doméstica, especialmente quando têm filhos menores de idade,⁸ como revelou o presente estudo. A tentativa desse rompimento pela mulher pode provocar a não aceitação da separação pelo cônjuge e desencadear um ciclo contínuo de violências.⁹

No presente estudo, a maior parte das vítimas foi agredida no próprio lar, de onde se espera um ambiente afetuoso, de acolhimento e refúgio contra a violência externa. Contudo, para essas mulheres, seu domicílio passou a ser residência do medo, tensão e agressões em razão das constantes ameaças a que estavam expostas. O lar passa a ser o local mais perigoso para mulheres agredidas por maridos ou companheiros, e a dependência afetiva, familiar e financeira dificulta a formalização de denúncias e, por conseguinte, a conclusão do processo violento.⁹

A violência mais prevalente foi a psicológica, geralmente a primeira a acontecer quando causada por um ente familiar da vítima, tornando-se contínua, embora menos percebida pela sociedade porque a mais divulgada pelos meios de comunicação é a violência sexual. Neste estudo, os demais tipos destacados foram a violência moral e a física. Tais dados assemelham-se aos evidenciados noutro estudo, em que as mulheres foram acometidas, simultaneamente, por mais de um tipo de violência, com prevalência das violências psicológica (62%), física (54%) e moral (50%).⁸

As razões referidas pelas mulheres para permanecerem em relação conjugal violenta estavam ligadas à dependência financeira, não obstante expressarem sentimentos negativos relacionados ao agressor, como raiva, pena, tristeza, medo, indignação, desprezo, repúdio, revolta.

Tabela 1 – Perfil social e demográfico das mulheres vítimas de violência (n=80) no município de Cajazeiras, estado da Paraíba. Brasil, 2010 a 2012

Variáveis	N
Faixa etária (em anos)	
15-40	52
41-60	24
>60	4
Escolaridade (em anos de estudo)	
≤7	44
≥8	32
Não informada	4
Profissão	
Do lar	24
Agricultora	8
Aposentada	4
Diarista	2
Desempregada	2
Outras profissões	16
Não informada	24
Remuneração	
Sim	14
Não	18
Não informada	48
Estado civil	
Casada	47
Solteira	15
Divorciada	9
Viúva	4
Não informado	5
Tempo de convivência com o cônjuge	
7 meses a 8 anos	16
9-18 anos	23
20-35 anos	12
Não informado	29
Filhos	
Sim	69
Não	9
Não informados	2
Faixa etária dos filhos (em anos)	
≤18	55
>18	10
Não informada	15

Tabela 2 – Distribuição dos casos notificados de violência à mulher (n=80) segundo agressor, local da ocorrência, tipo de violência, motivo para permanecer nessa situação e sentimentos em relação ao agressor no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, Brasil, 2010 a 2012

Variáveis	N
Agressor	
Cônjuge	33
Familiares	19
Outros	14
Não informado	14
Local da ocorrência	
Residência	50
Via pública	3
Local de trabalho	2
Escola	1
Outros locais	6
Não informado	18
Tipo de violência^a	
Psicológica	64
Moral	47
Física	37
Tortura	17
Patrimonial	17
Sexual	1
Outras	7
Não informado	5
Motivo para permanecer na situação	
Dependência Financeira	15
Medo	8
Amor	5
Outros	11
Separação	3
Não informado	38
Sentimentos em relação ao agressor	
Raiva	13
Pena	10
Tristeza	8
Amor	5
Medo	4
Outros	13
Não informados	27

a) Um único caso notificado pode apresentar mais de um tipo de violência

Tabela 3 – Distribuição dos encaminhamentos da mulher vítima de violência (N=80) no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, Brasil, 2010 a 2012

Encaminhamentos ^a	N
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)	26
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)	24
Conselho Tutelar	15
Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)	10
Hospital	3
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	3
Ministério Público	2
Defensoria Pública	2
Casas de abrigo	2
Instituto Médico Legal (IML)	1
Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DEPCA)	1
Outros segmentos	13
Não informado	18

a) Um único caso notificado pode ter mais de um tipo de encaminhamento, para serviços diferentes.

Ao analisar dados semelhantes, outro estudo⁸ identificou que os motivos pelos quais as mulheres permaneciam na relação de violência eram: (i) dependência financeira, emocional e afetiva do companheiro, (ii) medo de perder os filhos, (iii) exposição ao escândalo diante dos amigos e familiares, (iv) culpa por não conseguir manter o relacionamento, (v) incapacidade profissional para sobreviver por si e finalmente, (vi) as próprias ameaças feitas pelos agressores.

Considera-se que para enfrentar a violência contra a mulher, são necessárias ações conjuntas da sociedade, políticas públicas e serviços com esse objetivo. Conforme a Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha, a mulher vítima de violência deverá contar com o apoio institucional de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais especializados das áreas da Saúde, psicossocial e jurídica, responsáveis pelo desenvolvimento de trabalhos de orientação e prevenção, e pelos encaminhamentos direcionados à mulher, familiares e agressor.⁴

No acompanhamento dos casos, os profissionais do CRAM orientaram as mulheres sobre seus direitos e encaminharam-nas para instituições como, por exemplo, CREAS, DEAM e Conselho Tutelar, haja vista a existência de vítimas adolescentes.⁴

Estudo realizado em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de fornecer subsídios teóricos práticos e assim contribuir para o atendimento e fortalecimento de mulheres em situação de violência doméstica,³ mostrou que entre as instituições pesquisadas, o pronto-socorro foi o mais procurado, seguido de ambulatórios e hospitais, em razão das lesões físicas graves, não sendo relatado caso de violência no momento da procura. Em outra pesquisa, esta realizada em Presidente Prudente, estado de São Paulo,⁹ com o objetivo de problematizar a função de vigilância social no CREAS – pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Intrafamiliar –, destacou-se o encaminhamento para a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) por

se tratar de um serviço específico de atendimento às mulheres vítimas de violência, onde encontram maior facilidade e segurança para relatar sua situação de violência.

Como limitações do presente estudo, lacunas no registro nas fichas de atendimento refletem falhas no preenchimento de algumas informações relevantes – dados sobre profissão, tempo de convivência com o cônjuge, faixa etária dos filhos, relação com o agressor, local de ocorrência da violência, sentimentos em relação ao agressor e locais de encaminhamento –, possivelmente justificadas pelas dificuldades em referir informações relacionadas a si e ao parceiro, relacionadas ao sentimento de preservação da imagem e ao medo de reações violentas do agressor. São fatores capazes de induzir uma possível generalização dos dados apresentados, haja vista uma proporção expressiva das mulheres em situação de violência não procurarem a Delegacia de Defesa da Mulher para denunciar seus agressores.⁴ A violência contra a mulher é um grave problema social, requer conscientização, apoio e atenção das diferentes esferas da sociedade para seu enfrentamento. É imperioso que as vítimas denunciem os agressores e preencham todos os dados previstos na ficha de atendimento, como se observou em algumas situações reveladas nesta pesquisa.

Referências

1. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2007.
2. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ipea revela dados inéditos sobre violência contra a mulher [Internet]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2013 [citado 2014 jun 22]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873
3. Grossi PK, Tavares FA, Oliveira SB. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea Digit.* 2008;14(1):267-80.
4. Silva CMOG. Violência contra as mulheres: a lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados - MS [dissertação]. Dourados (MS): Universidade Federal da Grande Dourados; 2010.
5. Silva GL. Violência doméstica e familiar contra a mulher [trabalho de conclusão de curso]. Volta Redonda (RJ): Centro Universitário Geraldo Di Biase, Fundação Educacional Rosemar Pimentel; 2008.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@: Paraíba - Cajazeiras: infográficos: dados gerais do município [Internet]. 2010 [citado 2012 jun 26]. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250370>
7. Garcia LP, Freitas LRS, Höfelmann DA. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. *Epidemiol Serv Saude.* 2013 jul-set;22(3):383-94.
8. Rangel CMFRBA, Oliveira EL. Violência contra as mulheres: fatores precipitantes e perfil de vítimas

Contribuição das autoras

Costa MS e Serafim MLF contribuíram na concepção e delineamento do estudo, redação e revisão crítica do conteúdo intelectual do manuscrito.

Nascimento ARS contribuiu na análise e interpretação dos resultados, redação e revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito.

Todas as autoras aprovaram a versão final do manuscrito e declaram serem responsáveis por todos os aspectos do trabalho, garantindo sua precisão e integridade.

e agressores. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos; 2010 ago 23-26; Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2010. p. 1-11.

9. Oliveira GA, Godoy MM, Rodrigues R, Garcia TLA. Vigilância social: ferramenta necessária no

enfrentamento da violência de gênero em Presidente Prudente [trabalho de conclusão de curso]. Presidente Prudente (SP): Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente; 2011.

Recebido em 30/08/2014
Aprovado em 20/02/2015